



Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

Em menos de duas horas, o CMN aprovou as medidas constantes da pauta da reunião de ontem

Galvães prevê crescimento do PIB

Setor privado vai ser ouvido sobre cortes

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e outras entidades empresariais serão ouvidas pelo governo na definição do corte de US\$ 1,5 bilhão nas importações do setor privado em 1983, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Os representantes da indústria também deverão sugerir os segmentos capazes de promover a substituição de importações, até como forma de reduzir a atual capacidade ociosa do setor.

Segundo Langoni, as entidades de classe empresarial, os Ministérios do Planejamento e da Indústria e do Comércio e ainda a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacec) definirão um "programa suave" de corte nas importações. O presidente do BC observou que a contenção nas compras externas não significará o agravamento da recessão da economia, por embutir até "o efeito benéfico" de estimular a capacidade da indústria nacional de substituir bens importados, ao longo dos próximos anos.

"A busca do superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial de 1983, indispensável para o processo de redução do grau de dependência externa da economia brasileira, abre novas oportunidades para a indústria nacional" — insistiu Langoni, ao reiterar que a projeção realista da área externa dependerá fundamentalmente do corte de 17,1% nas importações do próximo ano.

A partir da definição do esquema junto ao setor privado, o presidente do Banco Central assegurou que o governo terá todos os meios para que as importações globais fiquem dentro da meta de US\$ 17 bilhões, em 1983. Lembrou que o petróleo representará 52,9% das importações brasileiras e terá o controle direto do governo e, mais especificamente, da Petrobrás.

FINANCIAMENTOS

Enquanto as compras no Exterior do setor privado caíram de US\$ 7 bilhões, este ano, para US\$ 5,5 bilhões, em 1983, o programa de importações incluído no orçamento das estatais trará a previsão de queda nas importações do setor público de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 2 bilhões, cabendo à Cacec fazer cumprir a programação.

Para o crescimento de 9,5% das exportações em 1983, os exportadores continuarão a ter acesso aos financiamentos à produção de manufaturados da Resolução nº 674 do Banco Central, o crédito à comercialização da resolução nº 330 e os recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), assegurados no orçamento fiscal com "significativo crescimento em termos reais", além de um programa creditício especial junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não haverá recessão em 1983. Ao contrário, o Produto Interno Bruto (PIB) tem possibilidades até de crescer, enquanto as taxas de juros internas poderão cair, beneficiando o comportamento dos preços e a reativação das atividades econômicas, com reflexos favoráveis no nível de emprego — que tende a melhorar em relação aos dois últimos anos — e a inflação deve situar-se em torno de 70%.

Este quadro extremamente otimista foi traçado, ontem, pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao comentar o documento "Programação do Setor Externo em 1983", aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e tido como "realista e perfeitamente viável" de ser cumprido, não só pelo ministro como também pelos demais conselheiros. O documento tem como ponto fundamental a obtenção de um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial e uma redução de 51% no déficit em transações correntes (soma do saldo da conta de comércio, juros da dívida externa, fretes, seguros e outras remessas de dólares ao Exterior), o qual deverá cair dos US\$ 14 bilhões, neste ano, para US\$ 6,9 bilhões em 1983.

Galvães fundamentou seu ponto de vista de que não haverá recessão no próximo ano no fato de que o corte nas importações — que declinarão dos US\$ 19,5 bilhões, neste ano, para US\$ 17 bilhões, em 1983 — está centrado, basicamente, na economia de US\$ 1,1 bilhão com petróleo, cujos gastos terão de ser reduzidos de US\$ 10,1 bilhões, neste ano, para US\$ 9 bilhões.

Ao contrário do que informa o documento, o ministro da Fazenda revelou que os números da conta de comércio, para este ano, são mais modestos: US\$ 20 a 20,5 bilhões de exportações, em vez de US\$ 21 bilhões, e US\$ 19,5 a 19,8 bilhões de importações, em vez dos US\$ 20,5 bilhões, previstos no documento, resultando, assim, num superávit de US\$ 500 a 800 milhões. "Isto — disse — significa que o ajustamento será um pouco menor."

O corte nas importações de petróleo não implicará racionamento de gasolina e outros combustíveis, porque a economia nas compras será compensada pela maior produção interna e aumento no consumo de outras fontes energéticas, como o álcool, carvão e energia elétrica, destacou Galvães. Além disso, o impacto do corte nas importações do setor público — que precisarão ser contidas em US\$ 2 bilhões, contra os gastos de US\$ 3,3 bilhões, este ano — não é exagerado, segundo o ministro. Ele lembrou que os grandes projetos do setor público — as hidrelétricas e o programa siderúrgico — estão em fase de conclusão e, portanto, demandarão menos importações.

Quanto aos demais cortes, que atingirão o setor privado — na ordem de US\$ 1,5 bilhão —, pelos cálculos do ministro da Fazenda, são pequenos e serão feitos com critérios altamente seletivos. "Eles serão realizados sem qualquer dificuldade" — afirmou, acrescentando que no próximo ano o Brasil deixará de importar alumínio, cobre e produtos siderúrgicos semiacabados, passando a exportá-los.

"Portanto, há elementos de convicção de que a economia brasileira tem forças e margem para se adaptar a importações de US\$ 17 bilhões", ressaltou. Galvães lembrou, ainda, que o Brasil já viveu dois períodos — de 1956 a 1961 e, depois, de 1975 até a metade de 1978 — em que as importações ficaram estagnadas enquanto a economia crescia entre 7% e 10%. "Há, realmente, uma relação entre o nível de importações e o crescimento econômico, mas não é rígido" — afirmou.

O PIB poderá "até crescer", na sua opinião, porque os Ministérios do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já identificaram cinco mil itens importados pelo País que podem ser produzidos internamente. Este processo de substituição de importações — frisou o ministro — utilizará a capacidade ociosa da indústria nacional e precisará de mais mão-de-obra para produzi-los.

O revigoramento da economia nacional também será ajudado, segundo Galvães, pela redução no custo interno do dinheiro, o que se mostra possível devido a menor necessidade de buscar recursos no mercado externo. "Ao reduzirmos a dependência da economia brasileira desse endividamento externo — afirmou — poderemos ter uma diminuição nas taxas de juros, o que permitirá a reativação da economia e levará a uma diminuição no ritmo inflacionário."

Caso essa previsão se concretize, melhorará o nível de emprego, mas o ministro ressaltou que, "como em toda parte do mundo, no Brasil também continuará havendo desemprego". Disse acreditar, contudo, que "em 1982 o nível de emprego no Brasil vai melhorar em relação a 1981 e em 1983 vamos seguir o mesmo curso de 1982, com possibilidade de melhoria".

OPINIÃO PÚBLICA

A divulgação do documento relativo à política externa foi antecipada — normalmente ele é aprovado na última reunião do ano do CMN, juntamente com os programas fiscal e monetário — segundo Galvães, porque era preciso dar uma satisfação à opinião pública. "Nós entendemos que é muito importante esclarecer a opinião pública nacional e também internacional do que nós estamos pretendendo fazer para acelerar o processo de ajustamento do balanço de pagamentos em 1983, em função da nova realidade de dificuldades internacionais", argumentou.

Indagado se a execução dessa política de redução do endividamento externo traria algumas desvantagens ao trabalhador, o ministro respondeu: "Ela representará algum esforço de adaptação de empresas que estão importando mais do que a economia pode suportar. Mas, como o corte atinge basicamente petróleo e o setor público, não trará qualquer efeito para o trabalhador". Quanto aos benefícios que essa política proporcionará aos operários, Galvães disse: "Como o programa é para o bem do Brasil, também é bom para o trabalhador brasileiro. Nossa política está em linha com a situação de dificuldades internacionais e nós temos de conviver com a nova realidade".

O ministro da Fazenda não admite observações de que as metas programadas poderão não ser cumpridas, como sempre tem ocorrido nos últimos anos. "Este — declarou — é um trabalho sério, no qual vamos procurar engajar toda a sociedade. Não estamos admitindo que não possamos cumprir esses objetivos. Vamos cumprir, mas, evidentemente, se houver acidente de percurso, temos toda a flexibilidade para readjustar. A impressão que nós temos, porém, assim como todos os membros do CMN, é que é uma hipótese viável que pode ser cumprida".

Galvães revelou que o déficit em transações correntes, anunciado por ele como entre US\$ 8 bilhões, foi reduzido para apenas US\$ 6,9 bilhões, porque os juros externos estão caindo. "O que antes era uma dúvida inquietante, hoje é uma certeza: os juros estão caindo e projetamos uma taxa média de 10%" — afirmou o ministro.